



Comissão de Pregão II

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 242/2023

Processo Licitatório nº: 15.980/2021

Processo de Impugnação n º: 35.170/2023

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 242/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA CLÍNICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA e PREVENTIVA com UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA, COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, TECNICAMENTE QUALIFICADA PELOS ÓRGÃOS REGULADORES E FISCALIZADORES, REPOSIÇÃO DE PEÇAS/MATERIAIS E DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS (OS VALORES DE PEÇAS SERÃO RESSARCIDOS DE ACORDO COM SUA UTILIZAÇÃO E DENTRO DO LIMITE APROVADO), conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

IMPUGNANTE: RIO MED EQUIPAMENTOS BIOMÉDICOS LTDA

IMPUGNADO: EDITAL

01. Trata-se de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela empresa RIO MED EQUIPAMENTOS BIOMÉDICOS LTDA, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, de forma **tempestivamente**, contra os termos do **Edital do Pregão Eletrônico n.º 242/2023**.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do



Comissão de Pregão II

Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências, interesse processual e de tempestividade conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. A impugnante sucintamente alega, que as exigências de qualificação técnica operacional disposta no subitem 22.1.2 do edital “...*contrariam os ditames norteadores das licitações públicas, sobretudo diante de dispositivos legais e da jurisprudência consolidada no Tribunal de Contas da União, pelo que não podem subsistir no ato convocatório do certame em apreço.*”.

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

06. Requer a impugnante que:

a) “*O recebimento da presente impugnação, tendo em vista as suas tempestividades, nos termos do item 29.1 do edital.*”



Comissão de Pregão II

b) *“Que a presente impugnação seja julgada totalmente procedente, para fins de retirar do edital as exigências contidas nos itens 22.1.2, visto que eivadas de vícios;”*

c) *“Que a data de abertura da sessão pública do certame seja mantida para o dia 04 de janeiro de 2024, uma vez que as alterações a serem realizadas no ato convocatório, conforme solicitado acima, não afetarão de forma alguma a formulação das propostas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 10.024/19.”*

IV. DA ANÁLISE DO MÉRITO

07. Para análise do mérito das alegações da impugnante é imprescindível a análise do instrumento convocatório do Pregão Eletrônico nº 242/2023 o qual nos traz que:

22. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

22.1 Para Qualificação Técnico-Operacional:

[...]

22.1.2 A LICITANTE deverá apresentar para fins de habilitação, comprovação de aptidão para atendimento do objeto da licitação, através de um ou mais atestados de Capacidade Técnica, compatível com os serviços em características, quantidades e prazos previstos neste Termo de Referência em que comprove haver prestado ou que esteja prestando satisfatoriamente, serviços de ENGENHARIA CLÍNICA, incluindo: Assessoria, Gerenciamento, Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médicos hospitalares.

[...]

08. É extensa jurisprudência do TCU sobre a necessidade de não se confundir a capacidade técnico-operacional, que é da empresa, com a capacidade técnico-profissional, que é dos profissionais responsáveis.



Comissão de Pregão II

09. A qualificação técnica abrange tanto a experiência empresarial quanto a experiência dos profissionais que irão executar o serviço. A primeira seria a capacidade técnico-operacional, abrangendo atributos próprios da empresa, desenvolvidos a partir do desempenho da atividade empresarial com a conjugação de diferentes fatores econômicos e de uma pluralidade de pessoas. A segunda é denominada capacidade técnico-profissional, referindo-se à existência de profissionais com acervo técnico compatível com a obra ou serviço de engenharia a ser licitado. Acórdão 1332/2006-TCU-Plenário

10. Enquanto a capacitação técnico-profissional está relacionada à qualificação do corpo técnico, a capacitação técnico-operacional, por sua vez, é bem mais ampla e alcança requisitos empresariais, tais como estrutura administrativa, métodos organizacionais, processos internos de controle de qualidade, etc. Na prática, a qualificação comprovada de um profissional não é suficiente para garantir a experiência operacional da empresa à qual esse profissional esteja vinculado, seja na condição de prestador de serviço ou na condição de sócio, e, conseqüentemente, a qualidade da execução contratual poderá ser comprometida. Acórdão 2208/2016-TCU-Plenário

11. A Lei 8.666/93 trata da qualificação técnico-operacional em seu art. 30, inciso II:

*Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica
limitar-se-á* a:

(...)

*II – comprovação de aptidão para desempenho de atividade
pertinente e compatível em características, quantidades e
prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações
e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e
disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem
como da qualificação de cada um dos membros da equipe
técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.*



Comissão de Pregão II

12. A qualificação técnico-profissional encontra-se disposta no art. 30, §1º, inciso I, da Lei 8.666/93:

Art. 30. (...)

§1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do “caput” deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I – capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos.

13. A administração deve ter as garantias necessárias de que a empresa possui as condições técnicas para a boa execução dos serviços. O objetivo, portanto, de se exigir em editais de licitações públicas atestados de qualificação técnica profissional e/ou operacional é comprovar que a empresa está apta a cumprir as obrigações assumidas com a Administração Pública e, dessa forma, garantir que o serviço seja executado com a devida qualidade.



Comissão de Pregão II

14. Por todo exposto resta claro que a qualificação técnica exigida no subitem 22.1.2 do edital é a operacional e não a técnico-profissional, estando em total consonância com o art. 30 a Lei Geral de licitações. Importante salientar ainda que, ao contrário do que alega a impugnante, para a qualificação técnica operacional, disposta no subitem 22.1.2 do edital, não foi exigido das LICITANTE que os Atestados de Capacidade Técnica apresentados fossem registrados nas entidades profissionais competentes.

V. MANIFESTAÇÃO DO PREGOEIRO

15. Reputando as alegações acima, que este Pregoeiro adota como fundamento para decidir, resta comprovado não assistir, razão à Impugnante, motivo pelo qual deverão ser mantidas as exigências do item 22.1.2 do Edital em comento.

VI. DA DECISÃO

16. Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** da Impugnação interposta pela empresa **RIO MED EQUIPAMENTOS BIOMÉDICOS LTDA**, no processo licitatório referente ao Edital do **Pregão Eletrônico n.º 242/2023**, e no mérito, **NEGO TOTAL PROVIMENTO**, pela alteração do edital, em comento.

Nova Friburgo, 29 de dezembro de 2023.

JONATHAN P. CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.870